



JORNADAS CCP 2023

Portugal precisa de reformas de fundo que permitam às empresas diminuir a dependência da banca, afirma o presidente da Confederação do Comércio e Serviços

Lisboa, 9 de maio de 2023 - As Jornadas CCP 2023, que percorrerão o país com passagem por Braga e Leiria e dedicadas ao tema do “Comércio e Serviços e Competitividade”, arrancaram esta terça-feira em Lisboa contando com a presença do ministro da Economia, António Costa Silva, do presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, João Vieira Lopes, de Augusto Mateus, consultor da EY e orador principal da conferência e de um painel de convidados que incluiu António Costa, CEO do Kaisen Institute, António Pedro Ribeiro, Executive Partner, Leader da IBM Consulting Portugal, José Gonçalves, presidente da Accenture Portugal, Sofia Tenreiro, Partner da Deloitte, Leading Transformation on Tech e Susana Viseu, presidente da Business on Nature. O evento incluiu ainda um almoço de networking com uma intervenção de Fernando Carvalho Rodrigues sobre ‘Inovação e as dinâmicas de globalização’.

Na ocasião, o presidente da CCP destacou a necessidade de Portugal alcançar um crescimento económico com base em



reformas de fundo que permitam às empresas diminuir a elevada dependência dos fundos europeus no investimento do país, atraindo recursos externos e reduzindo a dependência das empresas no que respeita ao financiamento bancário. «Uma estrutura empresarial nas “mãos” de um sistema bancário com perfil conservador, não tem condições para inovar e operar a mudança de perfil produtivo de que o país carece», afirmou João Vieira Lopes. Afirmação essa que contou com a concordância do ministro da Economia e do Mar que, no seu discurso, destacou que “as empresas estão viciadas no endividamento bancário”.

No âmbito dessas reformas indispensáveis – ainda de acordo com o presidente da CCP - a aposta no capital humano e no território é fundamental para garantir que Portugal não ficará na cauda da Europa, devendo por isso o país investir em serviços e bens intermédios, em atividades com elevada incorporação de recursos nacionais, na produção de “séries curtas”, com prioridade para produtos flexíveis e adaptativos, na qualificação e competência dos nossos recursos humanos, em atividades associadas à valorização do território valorizando o crescente papel das cidades enquanto novas “infraestruturas” da competitividade, em projetos mobilizadores, colaborativos e cooperativos e atividades



que valorizem o posicionamento geoeconómico do país, afirmando Portugal como um “hub” intercontinental.

João Vieira Lopes destacou ainda, no âmbito da indispensável reforma do Estado, a necessidade de existir na orgânica do Governo um responsável político pela área dos fundos estruturais, possibilitando que a intervenção dos diferentes ministérios envolvidos esteja subordinada a uma orientação geral. Em paralelo, destacou também que os designados «organismos intermédios» devem dispor de maior autonomia, reforçando a sua ligação com os promotores dos projetos, através de um diálogo construtivo, algo que, na sua opinião, não tem sucedido no que diz respeito ao Portugal2030.